

MESA REDONDA III

REESTRUTURAÇÃO DO SETOR INDUSTRIAL E OS NOVOS FATORES LOCACIONAIS

COMPOSIÇÃO DA MESA:

Presidente:

Geraldo Alírio S. Andrade, Vice-presidente da Federação das Indústrias da Bahia.

Expositores:

Carlos Roberto Azzoni, Professor do FIPE/Universidade de São Paulo – USP.

Luciano Coutinho, Professor da UNICAMP – Universidade de Campinas.

Amarílio Proença de Macedo, Presidente da J. Macedo Alimentos.

Sueli Caldas, Jornalista do O Estado de São Paulo.

Geraldo Alírio

Bom dia. Meu papel aqui é meramente de coordenador mas, como uma pessoa do Nordeste, um empresário do Nordeste, um representante da indústria do Nordeste, não posso deixar escapar a oportunidade de usar dois ou três minutos nessa abertura para provocar uma reflexão sobre um assunto do qual a maioria dos senhores talvez tenha perfeita consciência, mas nunca é demais relembrar.

Antes de mais nada, nós estamos em uma região que representa 30% da população brasileira. Uma região que ocupa 30% das pessoas que nela residem e contribui com 15% do PIB brasileiro. No entanto, essa mesma região ainda representa apenas 53% da renda *per capita* brasileira.

Não precisamos nos alongar muito para posicionar as diferenças ainda existentes, em que pese todo o esforço dos programas de incentivos fiscais, dos programas da Sudene, dos programas governamentais de anos passados e todo o esforço que o Banco do Nordeste tem feito como agente de desenvolvimento. Mas a verdade é que a situação de desequilíbrio perdura, continua; e não só continua como ainda, infelizmente, tende a permanecer, se um esforço e uma conscientização maiores não forem adotados para reverter o processo. Essa tendência se mostra pelos padrões e números recentes de investimentos.

Ao me deslocar ontem para Fortaleza, peguei por acaso uma publicação do BNDES que mostrava aplicações em financiamentos de investimentos no Brasil. Sem dúvida, esse é um dos fatores mais importantes na minimização daquelas diferenças, porque sabemos que através de investimento se consegue, realmente, melhorar as condições de desenvolvimento do País. Mas os números divulgados na publicação são realmente preocupantes.

Por exemplo, dados de 95 e 96 sobre aprovação de recursos do BNDES mostram que, enquanto para o Nordeste tivemos R\$ 1.080 milhões aprovados em 95, em 96 esse número baixou para R\$ 961 milhões; ou seja, representava 14% dos recursos totais do BNDES, baixou para 13%, no ano de 96. Enquanto isso, o Sudeste, que tinha R\$ 3.718 milhões em 95, ou 48% do total aprovado para todo o País, aumentou para R\$ 4.300 milhões, atingindo uma participação de 58%.

Isso é mais preocupante no momento em que se fala muito em custo Brasil e o custo Nordeste certamente deve ser maior que o custo Brasil, não tenho a menor dúvida disso; e uma das formas talvez mais eficazes que se teria de reduzir esse custo Nordeste seria através de investimentos em infra-estrutura. Mas, quando olhamos as aplicações do próprio BNDES em infra-estrutura, não vemos tendência das mais favoráveis para a Região.

É interessante comparar as aplicações em infra-estrutura com os números para a indústria: em 95, foram aplicados R\$ 4,3 bilhões na indústria e US\$ 2,4 bilhões em infra-estrutura; em 96, a indústria, pasmem os senhores, reduziu em 2,6% sua participação na aplicação do BNDES, enquanto a infra-estrutura cresceu 83%. O mais curioso a observar, nessa mesma publicação do BNDES à qual me referi, é quais são e onde estão os principais investimentos em infra-estrutura no Brasil. Permitam-me citá-los rapidamente, porque acho que realmente vale a pena chamar a atenção para esse aspecto: Gasoduto Brasil-Bolívia, R\$ 780 milhões – note que estou citando apenas a parte do financiamento do BNDES, não é o investimento total; Usina Itá, que fica no Rio Grande do Sul, R\$ 173 milhões; Usina Salto Caxias, Paraná, R\$ 150 milhões; Via Dutra, Rio de Janeiro-São Paulo, R\$ 171 milhões; Ponte Rio-Niterói, R\$ 38 milhões; Metrô São Paulo, R\$ 767 milhões; Metrô Rio de Janeiro, R\$ 298 milhões; Estaleiro da Ilha do Rio de Janeiro, R\$ 115 milhões; Saneamento básico de São Paulo, Ribeirão Preto e Itu, R\$ 29 milhões; Porto Sepetiba, Rio de Janeiro, R\$ 150 milhões; Modernização do estaleiro de Niterói, R\$ 345 milhões. Esses onze itens principais absorvem R\$ 3 bilhões de financiamentos do BNDES em infra-estrutura. Na mesma relação publicada pelo BNDES em fevereiro constam três outras aplicações: Hidrovia Rio

Madeira, região Norte, R\$ 23 milhões; Programa de saneamento do Ceará, R\$ 41 milhões; e Hidrovia do Araguaia-Tocantins, R\$ 8,5 milhões. Ou seja, R\$ 72 milhões para Nordeste e Norte, contra R\$ 3 bilhões de aplicação no Sudeste. Acho que isso, sem maiores comentários, já evidencia que a tendência, infelizmente, não é das mais favoráveis.

Não se pode, como nordestino, deixar de reconhecer que há, evidentemente, da parte dos políticos do Nordeste – pelo menos da maioria dessas lideranças – e do próprio Banco do Nordeste, na pessoa de seu presidente, uma conscientização e um esforço titânico no sentido de tentar reverter essa situação. Acho que é chegado o momento de nós todos, empresários, políticos, tentarmos mudar esse quadro.

É evidente que investimento do BNDES é só um item. Mas é um item, sem dúvida nenhuma, muito importante. E quando se argumenta: “Ah, o BNDES reduz a aplicação para o Nordeste porque lá tem FNE ou tem Finor”, quero também esclarecer que são simplesmente ridículos esses valores, comparados com os números aplicados em termos de Brasil. Em 1996, o Finor aplicou R\$ 453 milhões e o FNE alguma coisa como R\$ 860 milhões. São números expressivos, mas quando comparados com as aplicações do BNDES chegam a ser irrisórios – e reparem que citei apenas os números referentes a infra-estrutura.

Não vou nem falar dos números de cartas-consulta ou de investimento previsto, pois só os valores em carta-consulta no BNDES chegam a uma ordem de R\$ 20 bilhões, até setembro de 96. Simplesmente estou citando esses dados para nossa reflexão, no momento em que se precisa mudar definitivamente essa situação de desequilíbrio; em que se busca trazer indústrias estruturantes para a Região, objetivando, através de uma participação integrada em cadeias produtivas, gerar emprego e renda; no momento em que o governo (oportunamente, eu diria até) cria condições fiscais e de incentivo para intensificar a indústria automobilística no Brasil. Estou citando a indústria automobilística porque ela é recente, é um exemplo bem palpável; e vejam os senhores que, nas condições padronizadas, nenhuma só indústria se interessou em se localizar no Nordeste ou no Norte do Brasil; todo mundo conhece a guerra fiscal e os estados nela envolvidos e sabe que, na verdade, as próprias vantagens locacionais do Sul do Brasil atraíram essas indústrias para lá. Pois bem. Bastou se criar um pouco mais de incentivo para as montadoras, e vimos, sem dúvida nenhuma, opções feitas para o Nordeste e o Norte, principalmente o Nordeste, onde, não devo negar, infelizmente também houve alguma concentração, praticamente em três estados, Bahia, Ceará e Pernambuco, mas não vou entrar no detalhe do porquê. A verdade é que ficou evidenciado que, sem incentivo, nenhuma montadora viria para o Nordeste.

Quanto à discussão se a montadora vai ser viável ou não, eu pessoalmente acho que vai ser viável sim, porque o mercado existe e, portanto, essas indústrias vão ter condições de competitividade no mercado do Nordeste, que hoje importa tudo do Sul. No que tange ao fornecimento da indústria de autopeças e de matérias-primas, não podemos nos esquecer que temos no Nordeste algumas condições básicas fundamentais que certamente incrementarão uma indústria de transformação que vai atender a indústria automobilística. Eu me refiro principalmente à estrutura petroquímica da Bahia, que oferece, sem dúvida nenhuma, condições para facilitar essa integração e atrair indústrias complementares em função das montadoras. Isso é válido se extrapolado para qualquer outro tipo de indústria estruturante.

Bem, como disse, não sou aqui o palestrante. Apenas para provocar a situação, como homem do Nordeste, como empresário do Nordeste, acho que é chegado o momento de se refletir sobre isso e se ter consciência de que, na verdade, essas condições de incentivo precisam ser mantidas e até intensificadas. Não estou aqui defendendo perdão de dívida nem doação de recursos. Mas é preciso haver condições diferenciadas, o que, aliás não é praxe exclusiva do Brasil.

Nos países desenvolvidos, há os exemplos de Minnesota, nos Estados Unidos, no norte da Itália e em outros países mais, onde é perfeitamente normal se buscar compensações para atrair investimentos.

Nesse momento em que o Nordeste inteiro procura contribuir para minimizar essa situação de desequilíbrio, é mais do que importante se buscar um entrosamento completo entre as classes empresariais e políticas, no sentido de conjugar esforços para chegarmos lá.

Feita essa colocação inicial, passo a palavra para o Sr. Carlos Roberto Azzoni, professor da Fipe, da USP, que é um dos expositores deste painel. Muito obrigado.

Roberto Azzoni

Antes de mais nada, gostaria de agradecer o convite formulado para participar do encontro e desse painel, especificamente. Para mim, é uma honra poder fazer parte dessa reflexão sobre tema tão relevante para o futuro da economia nordestina e brasileira em geral.

Vou falar como acadêmico e como estrangeiro. Falo como alguém que analisa essas questões como profissão, mas analisa especificamente o caso nordestino lá de São Paulo. Esse segundo viés é impossível contornar, portanto vou tratar o assunto de maneira um pouco mais abstrata e um pouco mais teórica, entendendo também que talvez seja esse meu papel nessa mesa, em que há empresários, jornalistas e acadêmicos.

Vamos falar de lugares e de empresas. Vamos nos perguntar o que as empresas estão demandando e o que os lugares estão oferecendo, para posteriormente fazer o casamento entre os interesses da empresa e o interesse dos locais, das regiões. Como o tema é “novos fatores locais e reestruturação industrial”, vamos nos perguntar o que há de novo no que as empresas estão precisando e no que os lugares estão oferecendo.

As mudanças nos últimos anos foram muitas, tanto internacionalmente quanto nacionalmente. Temos problemas: aspectos internacionais, que estão presentes no Brasil, determinaram uma reestruturação produtiva muito forte; e temos no Brasil alguns fatores específicos nossos, como um processo recente de estabilização e uma entrada tardia no processo de abertura da economia.

Adicionalmente, estes dois processos ocorreram de maneira muito rápida e muito brusca, comparativamente com outras experiências internacionais. Então, enquanto os outros países tiveram mais tempo para fazer a sua adaptação, nós tivemos que fazer muito rapidamente, em cinco, seis anos; às vezes de maneira planejada, às vezes meio que empurrados pelas contingências, por falta de dinheiro, falta de recurso público etc.

Quando nós, economistas regionais, começamos a discutir a localização industrial, na década de 50 – vejam que esse é um tema recente, ainda que houvesse ensaios anteriores (Von Thünen e Lösch, no século passado, e Weber no início desse século), mas sistematicamente as discussões surgiram na década de 50 –, criou-se nessa época o que se chama economia espacial, que partia de uma crítica à microeconomia tradicional, já que nessa microeconomia ignorava-se o fato de que as empresas têm que ficar em algum lugar. Admitia-se que a empresa existe de uma maneira virtual; e quando se falava de um oligopólio, por exemplo, admitia-se que ela estava em algum lugar, mas isso era irrelevante; era como se as empresas estivessem num único ponto. A crítica que se fazia – vou lembrar a terminologia da época – é que tudo se passava como se todas as indústrias coubessem na cabeça de um alfinete, porque o espaço era irrelevante.

Como crítica a essa fragilidade da teoria microeconômica, dessa incapacidade de considerar o espaço, é que se desenvolveu a economia espacial, fundamentalmente modelando custos de transporte, que de resto é o que tem variação regular com o espaço, com a distância. Os outros custos, ainda que

relevantes, não têm essa variação regular; e nós, economistas, gostamos de funções contínuas, sem quebras, coisas que podem ser derivadas, calculadas. Isso era especialmente relevante nas décadas de 50 e 60, em que os métodos de cálculo não eram tão desenvolvidos.

Desenvolveram-se esses modelos e hoje assistimos talvez a uma reversão dessa tendência. No ano passado, estive num congresso nos Estados Unidos em que a aula magna foi do Brian Berry, que os meus colegas conhecem como aquele que desenvolveu uma teoria de lugares centrais, um modelo de lugares centrais. A palestra dele foi sobre “Teoria da Localização no Espaço Cibernético”. Curiosamente, o que ele disse é que, na verdade, hoje em dia podemos cada vez mais ter as indústrias cabendo na cabeça de um alfinete, tendo em vista a Internet, a capacidade de controle a distância, o fato de que o custo de transporte perde importância ao longo do tempo, comparativamente a outros fatores. É claro que é um exagero imaginar que se possa fazer isso, mas a tendência está aí presente.

Vou empregar outra imagem, utilizada por Stan Czumanski, que classificava os fatores de localização em três áreas: transporte de bens, transporte de pessoas e transporte de idéias. Na área de transporte de bens, há sem dúvida uma evolução a registrar: os caminhões são mais modernos, assim como as estradas e os métodos de acondicionamento, com containerização etc, além do próprio desenvolvimento e a profissionalização do setor, com grandes empresas transportadoras cobrindo todo o território planetário, em algumas áreas melhor do que outras mas, sem dúvida nenhuma, fazem com que a importância do custo transporte, de fato, diminua. Até por que os produtos estão menores: para uma unidade de valor, o peso carregado é cada vez menor. Portanto, essa área de transporte, quando bem servida de infra-estrutura, passa a ser um fator de menor relevância. Assim, para uma indústria, 100 ou 200 quilômetros a leste, a oeste, ao norte ou ao sul acaba sendo a mesma coisa, do ponto de vista de custo, desde que exista um sistema de transporte eficiente. De qualquer maneira, transporte não é tão relevante como foi no passado, ainda que seja o grande fator locacional.

Na área de transporte de pessoas, é claro que a mobilidade hoje é muito maior do que era no passado. Ainda que se considerem os limites à movimentação das pessoas – institucionais, nacionais –, há uma maior mobilidade possível, até por que há uma maior homogeneização das condições de vida no território. Podemos dizer isso em termos de Brasil e também em termos planetários. Hoje, o que existe de grandes diferenças entre países, quando se viaja pela Europa, por exemplo, é a arquitetura antiga. Alimentação já está meio parecida, os carros são os mesmos que se observa em todos os lugares, os hotéis são os Hilton, Sheraton, Caesar Park e outros, ou seja, são as mesmas cadeias; o serviço é meio padrão, a televisão que se assiste é a mesma que assistimos em nossas casas, em qualquer lugar do mundo. Assim, houve uma homogeneização das condições, que se estende ao setor serviços. Há uns 15 anos, a diferença do setor serviços do Nordeste para o setor serviços paulista era brutal. Hoje em dia são muito parecidos. Fico cada vez mais chocado de ver as mesmas empresas oferecendo aqui serviços que oferecem em São Paulo, na capital e no interior, em Belo Horizonte etc. Há uma homogeneização, tanto na área de transporte de bens, quanto na área de transporte de pessoas e, acima de tudo, na área do transporte de idéias.

Um aspecto fundamental para a distribuição da produção pelo território planetário é a possibilidade de controle. Há 30 anos, era impossível uma empresa com matriz em Londres ou Nova Iorque controlar adequadamente as suas filiais pelo mundo. Hoje em dia, isso é muito simples, com Internet, videoconferência, fax, telefone, sistemas de comunicação muito eficientes, transporte muito fácil. Um executivo sai de Nova Iorque de noite, chega a São Paulo de manhã e pode estar em qualquer outro lugar do mundo no dia seguinte; em três dias, está de volta com os assuntos resolvidos. Essa possibilidade de controle, que é um fator fundamental, permitiu o deslocamento da produção para a periferia da área

industrial tradicional. Então, pode-se fazer camisas na Tailândia e vender em Nova Iorque sem grande problema: controla-se a produção de Nova Iorque. Fantasiando um pouco, pode-se imaginar que, em tese, a central da McDonald's, em algum lugar dos Estados Unidos, não sei qual estado, poderia ter um grande painel em que cada caixa registradora dela, no mundo inteiro, poderia estar aparecendo em tempo real; seria possível saber quanto estava sendo vendido, na China, na Birmânia e em qualquer outro lugar, naquele momento, em hamburger. Tecnicamente isso é possível; não se faz porque não há interesse em fazer e porque custa caro. Isso muda fundamentalmente a maneira de gerir os negócios, reposiciona a competitividade em diferentes áreas e confere ao setor industrial uma liberdade espacial maior do que tinha no passado. Nos termos utilizados nessa nomenclatura, torna o setor industrial mais *footlose*, mais sem raízes.

Nesse processo, há mudanças interessantes com respeito à mão-de-obra, por exemplo. Toda evolução tecnológica vai no sentido de tornar cada vez menos necessário o operário artesão e mais necessário um operário padrão, que não precisa ter cérebro, basta que tenha mãos, dedos, braços e olhos. Essa é a tendência da evolução da tecnologia. Cada vez menos se necessita, principalmente na periferia industrial do planeta, do operário mais qualificado; os processos produtivos são cada vez mais intensivos em maquinário e menos intensivos em inteligência do operador.

A mão-de-obra explicou, no passado, todo o crescimento da produção têxtil, de calçados etc, na Ásia. Um fato que é novo mesmo, tem 15 anos no máximo, é a preocupação com o ambiente. Nos primeiros modelos locacionais, até a década de 70, ninguém estava preocupado em incluir meio ambiente nesse processo; a solução relacionada a meio ambiente era tomada no nível internacional, jogando as fábricas poluentes para algum lugar longe dali, da sede do comando da empresa. Hoje em dia, não. Trata-se o planeta como bem comum, interessando para o americano e para o japonês se a madeira que sai do Pará está danificando o pulmão do mundo, que é a Amazônia. Essa é uma preocupação que não existia antes e agora está acontecendo. No caso da madeira, a demanda por madeira em toras, madeira ambientalmente pouco identificada, tem caído no mundo, tendo em vista não as restrições brasileiras sobre a produção, mas as restrições por parte do comprador. Esses são aspectos importantes de mudança que reposicionam a competitividade.

Falando agora um pouco do Nordeste, nos dois minutos que me restam, a preocupação aqui é saber que fatores de localização o Nordeste, como um lugar, tem para oferecer. Sabemos que indústrias estão se deslocando para cá e este é um processo que deve ser saudado, porque positivo, mas precisamos entender um pouco esse processo. Como foi apontado anteriormente, a tendência no Brasil, até 1985, era de espraiamento da concentração industrial, que ainda é muito concentrada em São Paulo, Minas, Paraná, mas havia uma tendência em que essa área vinha perdendo participação.

Nós últimos 10 anos, observa-se o contrário. Observa-se uma reconcentração do setor industrial, da indústria de transformação, preocupante. Nesse sentido, e principalmente tendo em vista essa tendência, é que se deve saudar a vinda das indústrias para cá. Mas também deve-se reconhecer que esse fato tem muito a ver com a questão da estabilização da economia, que, ao reduzir o processo inflacionário, o ritmo da inflação, estancou um processo de transferência perversa de renda, que tirava dinheiro do pobre e passava para o governo, para o setor financeiro e para aqueles de nós que podiam aplicar dinheiro no mercado financeiro.

Ao se reduzir a inflação, colocou-se nas mãos das pessoas de baixa renda um recurso adicional, que se transformou em faturamento: um potencial que se viabilizou. Como no Nordeste a parcela de pessoas com baixa renda é maior do que no Sudeste, naturalmente o efeito favorável da estabilização sobre a produção foi maior na primeira região do que na segunda. Dado o tamanho do mercado

nordestino, empresas produtoras de bens de salário, bens voltados às camadas de menor rendimento, passaram a encontrar nessa região um volume de demanda tal que passou a viabilizar a implantação de unidades produtivas voltadas ao seu atendimento. Daí a presença de novos empreendimentos nas áreas de calçados, têxteis, alimentos etc.

Como o custo da mão-de-obra no Nordeste é menor do que no Sudeste, além dos governos estaduais estarem oferecendo incentivos fiscais, o custo unitário de produção na Região passa a ser competitivo. Agora, torna-se mais barato atender ao mercado local a partir de fábricas localizadas na Região, dado que o volume de produção viabiliza a escala mínima necessária para o retorno econômico. Mais que isso, o diferencial de custo de produção pode agora suplantar o custo de transporte, tornando viável a exportação para o Sudeste dos bens produzidos no Nordeste. Esse é um ponto relevante e extremamente positivo para a Região. Todavia, não parece ser esse o caso para as indústrias pouco intensivas em mão-de-obra e mais dependentes de fatores aglomerativos. Nesses casos, o Sudeste continua a manter sua competitividade, embora agora não apenas concentrada no Estado de São Paulo, mas envolvendo também Minas Gerais e Paraná, como tive oportunidade de relatar no trabalho que apresentei em uma das seções técnicas deste evento.

Os fatos mais recentes, tanto em nível nacional quanto global (reestruturação produtiva, terceirização, abertura da economia, estabilização monetária, privatização etc), todos contribuem para o aumento da concentração industrial. Adicione-se que o desenvolvimento do Mercosul, que acrescenta um mercado equivalente à metade do PIB brasileiro ao Sul do centro industrial tradicional, constitui fator determinante para o deslocamento do centro de gravidade da economia brasileira ainda mais para o Sul, comprometendo adicionalmente a baixa competitividade nordestina para a atração de empreendimentos industriais.

Essas são as tendências que se podem identificar nos últimos anos no Brasil e que, provavelmente, vigorarão na próxima década. O exercício de políticas compensatórias consistentes, tanto em nível estadual quanto, principalmente, em nível federal, praticamente abandonado por vários anos, certamente terá contribuído para esse desiderato. Alguns estados parecem já ter acordado para esse fato, embora o resultado não desejado do processo seja a instituição de uma guerra fiscal que reduz a racionalidade do jogo. Fica o grande vazio para a participação do poder federal, o maior ausente da cena e, certamente, o que tem o maior potencial para reverter o processo.

Geraldo Alírio

Permito-me pedir aos palestrantes que tentemos posicionar em quinze minutos a fala de cada um, de modo a que haja tempo, depois, para a platéia fazer alguma pergunta. Vou passar a palavra, em seguida, para o Sr. Luciano Coutinho, professor da Unicamp, para sua exposição.

Luciano Coutinho

É uma grande satisfação participar deste evento, o 45º aniversário do Banco do Nordeste, no momento particularmente importante em que não apenas o Nordeste, mas o Brasil, precisa parar e refletir sobre o longo prazo e voltar a refletir sobre o desenvolvimento. Nos últimos três anos, o País – o governo e sua equipe econômica – concentrou todas as suas energias e atenções no processo de estabilização. E fez isto sem atentar, até mesmo, para as características da política de estabilização que são incompatíveis com o processo sustentado de desenvolvimento.

É, portanto, indispensável começar a pensar sobre o desenvolvimento; inclusive sobre como corrigir as inconsistências da política macroeconômica, que,

a longo prazo e mesmo a médio prazo, poderão frustrar um projeto de desenvolvimento.

A recente crise cambial e financeira dos países asiáticos nos ensina uma lição importante: não tanto de que as crises podem ocorrer porque as condições globais de liquidez se tornam desfavoráveis, mas que, mesmo com condições globais de liquidez altamente favoráveis, a sustentação de déficits em conta corrente elevados e persistentes leva a desastres. E isto porque, esgotados os processos de privatização que permitem atrair capital sem oferecer juro, a fase posterior exige, para sustentação desses déficits, que juros muito elevados sejam oferecidos ao investidor estrangeiro para continuar sustentando essas políticas. Foi isso o que aconteceu na Tailândia e em outros países. Encerrado o *boom* de ativos baratos, que permitiu atrair capitais, a Tailândia começou a elevar a taxa de juros e com isso começou a quebrar o seu sistema bancário e empresarial e causar, de dentro para fora, uma crise de proporções sérias.

Eu digo isso porque, aparentemente, não há relação; mas há, sim, porque sem política de desenvolvimento para o Brasil não é possível pensar em política para o Nordeste e não é possível pensar também em organizar o desenvolvimento em geral do País, incluindo o Nordeste dentro de um grande projeto nacional de desenvolvimento. A ausência de política de desenvolvimento no País, nacional e regional, é responsável nesse momento por uma guerra fiscal predatória e contraproducente, no País inteiro e também no Nordeste; e, portanto, é chegado o momento de refletir com seriedade a respeito de tudo isso.

A reestruturação está em andamento nesse momento; há uma reestruturação industrial provocada por todo o processo hoje em andamento, pela forte pressão que a valorização cambial vem exercendo sobre a margem de lucro de boa parte da indústria brasileira. Em alguns segmentos importantes, estamos assistindo a um processo de regressão industrial; ela é clara no setor de bens de capital e também no complexo de eletrônica. Este último, apesar de ter aumentado muito a produção, o faz com crescimento de insumos e componentes importados numa escala crescente. Também no complexo químico a reversão da balança comercial foi considerável; este era um complexo que exportava e reverteu a sua balança comercial, de perto de US\$ 1 bilhão positivo para alguma coisa negativa em US\$ 3 bilhões.

No setor de não duráveis, o aumento da escala do consumo provocado pela estabilidade permitiu avanços importantes em investimento. A escala de consumo brasileiro, efetivamente, é um ponto positivo do processo de estabilização, do Plano Real; a escala de consumo e a melhoria da distribuição da renda da base da pirâmide social ampliaram as possibilidades de investimento na indústria de bens de consumo. E nós vimos, nos últimos tempos, investimentos maciços na indústria de alimentos e bebidas, nas cadeias agroindustriais e também um processo de reestruturação importante na cadeia têxtil e de vestuário e também na cadeia de calçados.

Quero sublinhar que a agroindústria é o único segmento que tem revelado um desempenho de comércio exterior positivo, apesar da valorização cambial, mostrando que alguns segmentos da agroindústria brasileira são, realmente, fortemente competitivos.

Dentro deste quadro de reestruturação, o Nordeste tem conseguido algumas vantagens recentes, por força de processos de reestruturação e realocação dentro dessas cadeias industriais. Embora o tema deste painel seja “novos fatores locacionais”, deve-se notar que os velhos fatores locacionais são relevantes para essas cadeias industriais, particularmente as cadeias intensivas em mão-de-obra, como na área de não duráveis. Foi dito pelo Azzoni que o Nordeste tem conseguido capturar novos investimentos em alguns segmentos. Gostaria de sublinhar, por exemplo, nos setores de têxtil e vestuário e de calçados e na indústria de alimentos e bebidas, investimentos relevantes feitos nos últimos três anos, em função do aumento da escala do consumo decorrente da estabilidade.

No entanto, o Nordeste é frágil no que toca aos novos fatores locais. Resumidamente, os novos fatores locais são externalidades, economias de aglomeração novas, baseadas em cooperação dentro de redes de empresas, cadeias de empresas, onde a eficiência é maximizada dentro de toda a cadeia industrial, ou via rede de telemática ou via cooperação, com cultura empresarial, com trabalho qualificado, com novas capacitações que agregam valor dentro dessas cadeias. Essas externalidades são intensivas também em educação e em condições sociais. Nisto o Nordeste é evidentemente frágil e não tem conseguido alavancar investimentos relevantes – não que não existam – com base nos novos fatores de localização. O Nordeste certamente montou, com base na experiência anterior do sistema de incentivos, alguns complexos industriais de grande escala, mas estes sofreram também nos últimos anos os efeitos da valorização cambial. Em alguns casos, com retrocesso; em outros, conseguindo resistir com alguma galhardia.

Os grandes complexos integrados industriais do Nordeste são basicamente quatro: a petroquímica na Bahia, que sofreu uma compressão de margens forte mas tem, nesse momento, perspectiva de integração com o complexo automobilístico, que é o único complexo para o qual o País tem um regime de política industrial – pode-se criticar esse regime porque é desequilibrado, é excessivamente penalizador das autopeças, mas é o único para o qual existe política industrial. Neste segmento, a possibilidade de montagem de um pólo na Bahia oferece oportunidade interessante de integração com a petroquímica baiana, já que o setor automobilístico é crescentemente intensivo em plástico injetado, em peças e partes de plástico. Então haverá uma certa sinergia entre os projetos de montagem na Bahia e a petroquímica, e isso permite melhorar um pouco as perspectivas da petroquímica, que estava sob forte compressão de margens provocada pelo câmbio.

O complexo têxtil e de vestuário do Nordeste, onde o Ceará tem peso importante, foi alavancado pela expansão do consumo e está num processo interessante de reestruturação; e nesse caso quero sublinhar também que a indústria de calçados tem migrado para o Nordeste e tem, na verdade, permitido a criação, nesta região, de um complexo de vestuário e calçados interessante, que deveria merecer maior apoio.

Na área de agroindústrias, incluindo alimentos e bebidas, houve também uma atividade interessante de investimentos. Na área de minerais não metálicos, que é outro setor importante no Nordeste, onde tem a indústria de cimento e várias outras indústrias para construção civil, também a situação é razoável. Houve, entretanto, retrocesso bastante significativo na indústria mecânica nordestina. Essa indústria sofreu muito, tem sofrido no País como um todo e, especialmente, no Nordeste.

Seria de grande relevância para o desenvolvimento da Região – e este é um desafio para o futuro – alavancar e sustentar o desenvolvimento de cadeias baseadas em micro e pequenas e médias empresas. Existem cadeias importantes com potencial competitivo, em que o Nordeste poderia agregar valor com trabalho barato, inclusive com trabalho qualificado, e que são frágeis ou são incipientes na Região. Existem nas áreas de agroindústrias, alimentos, vestuário, mobiliário e mesmo na área de construção civil vários segmentos mal desenvolvidos, que estão a desafiar a imaginação do empresariado e das entidades de desenvolvimento.

Queria sublinhar também que o setor de serviços pode representar uma oportunidade grande para a Região. O Nordeste tem complexos de serviços importantes, na área de saúde; tem uma base universitária de razoável qualidade, que poderia alavancar mais complexos de serviços; e tem, certamente, imenso potencial turístico e o programa de turismo – este já encaminhado como um dos projetos importantes com apoio federal. Mas todos os serviços sofisticados baseados em novas externalidades – como software, serviços de diversas naturezas, de engenharia, de consultoria de diversas categorias e todos os setores de alta densidade tecnológica, que deveriam e poderiam se desenvolver com base

na Região – têm não só estado ausentes como dependeriam de políticas nacionais com uma explícita componente de desenvolvimento regional que, infelizmente, estão ausentes do quadro brasileiro.

São essas algumas das considerações que se pode fazer em quinze minutos e que mostram o seguinte: este impulso inicial do programa de estabilização criou oportunidades mas essas oportunidades já estão se esgotando. A massa de rendimentos não vai crescer com tanto dinamismo daqui para a frente. Esta primeira onda de investimentos que derivou da estabilidade tende agora a se esgotar e é preciso pensar as novas vocações e a criação de novas externalidades e capacitações, para que o Nordeste tenha a condição de viabilizar um potencial de atração de investimentos que ele efetivamente tem. Mas isso precisa ser feito dentro de uma política nacionalmente articulada, com iniciativa e coordenação, para que se evite a dispersão de recursos e a guerra fiscal predatória. Muito obrigado.

Geraldo Alírio

Passo a palavra, agora, para o Dr. Amarílio Proença Macedo.

Amarílio Macedo

Eu gostaria de ressaltar, nessas questões relativas ao desenvolvimento, o aspecto do efeito prático na qualidade da vida das pessoas. Todos os assuntos de impacto têm produzido efeitos positivos em termos estatísticos, mas o dia-a-dia e a qualidade da vida das pessoas têm permanecido de uma forma muito pouco modificada.

A professora Judith Tendler fez um estudo sobre a governabilidade nos trópicos e esse trabalho concentrou-se, essencialmente, em ações que vêm sendo desenvolvidas no estado do Ceará. Buscando encontrar justificativas na raiz da diferença de ações que vêm dando certo no Estado, para que possam ser multiplicadas, o trabalho identificou que o envolvimento da sociedade em processos de transformação gera efeitos de grande alcance e com investimento de pouca monta.

O estado do Ceará, que tem colocado em questão, no Brasil, o aspecto da governabilidade, transformou coisas relevantes, como saúde, está começando, agora, a fazer mudanças na área da educação e, mais recentemente, na área do estímulo a iniciativas do micro e do pequeno empreendedor, pela ação do Banco do Nordeste, mostrando que esses trabalhos podem resultar em grande feito se considerarem, na sua orientação, a ampliação da capacidade das pessoas de tomarem iniciativa.

Três figuras que foram criadas aqui no Ceará – num primeiro momento, o agente de saúde, no segundo momento, o agente de educação, e agora, mais recente, o agente de desenvolvimento, que não é só do Ceará, é do Nordeste, porque é ação do Banco do Nordeste – têm produzido modificações fantásticas em questões qualitativas. A mortalidade infantil no Ceará caiu numa velocidade muito grande, a educação começa a se acelerar, e esses agentes, que, curiosamente, são pessoas de pouca instrução, conseguem produzir mudanças e transformar comportamentos numa velocidade gigantesca, em função da sua capilaridade.

O caso mais recente, que é o efeito do trabalho dos agentes de desenvolvimento, tende a fazer com que a produção no Nordeste possa se acelerar numa intensidade muito grande, pela geração de emprego e pela viabilização de atividades que, corretamente orientadas, terão um efeito multiplicador fantástico. Os agentes de desenvolvimento – não sei se todas as pessoas já têm conhecimento da natureza desse trabalho – são técnicos de nível médio com formação dada pelo Banco do Nordeste, que portam *laptop* com todas as informações necessárias e aplicáveis a cada região ou a cada pedaço do nosso Nordeste onde essas pessoas

fazem o seu trabalho, e que levam aos empreendedores interessados em alguma fonte de financiamento os recursos e o direcionamento para que eles possam implementar suas idéias ou mudar do pensamento original para outros projetos que sejam mais viáveis. Com isso, vem havendo uma geração de emprego e de produto fantástica na nossa Região.

Isso tudo nos remete à questão de uma infra-estrutura desprezada no nosso País, que é o cérebro. O processo de fazer com que a educação nesse País mude, adquira uma nova forma de tratamento e receba uma velocidade de transformação adequada à superação do nosso atraso, da grande diferença que nos torna não competitivos nesse mundo globalizado, é um aspecto que hoje deveria ser encarado numa amplitude muito maior do que simplesmente responsabilidade e ação de governo.

Esse trabalho que o Banco do Nordeste vem fazendo, através dos seus agentes de desenvolvimento, está conseguindo tornar prática uma experiência que em outros lugares foi viabilizada por instituições tipo Banco do Povo, Banco Sol e a experiência de Bangladesh, mas com riqueza muito maior, porque disponibiliza para um analfabeto de uma praia distante do Ceará, da Paraíba, da Bahia ou de onde for, ou de qualquer rincão do nosso interior, informações que são as mesmas que as grandes companhias e os grandes empreendedores têm disponíveis – obviamente adequadas às necessidades, ao tamanho e às dimensões daquela pessoa ou daquele conjunto de pessoas que pretende começar uma atividade produtiva de maneira séria, organizada e competitiva.

Então, nós, dentro do Nordeste, temos uma potencialidade ao nosso alcance que depende muito mais da nossa capacidade de organização – e isto pode ser visto dentro de cada estado que compõe o Nordeste – do que simplesmente esse processo já clássico e antigo de estarmos restringindo nosso esforço, em grande parte, a um processo reivindicatório. Este é fundamental, não pode deixar de ser feito, mas nós nos descuidamos da potencialidade que está ao nosso alcance.

Tomemos o Ceará por exemplo, que é uma situação que me diz muito mais de perto, porque é aqui onde eu nasci; se nós compararmos as potencialidades competitivas naturais do Ceará com as suas potencialidades culturais, vamos encontrar valores muito mais relevantes nas potencialidades culturais do que nas potencialidades naturais; e essas potencialidades culturais são abandonadas, esquecidas, relegadas e simplesmente desconhecidas; no entanto, com a intensificação do processo de industrialização dos nossos cérebros, através da educação, com certeza faríamos das nossas potencialidades culturais não só fator de empregabilidade e de melhoria da qualidade de vida, mas também fator de capacitação para uma utilização competitiva das nossas qualidades naturais.

Por isso o Banco do Nordeste contratou essa pesquisadora norte-americana, a Judith Tendler, para fazer uma pesquisa sobre globalização e as condições necessárias para a competitividade. Diante dessa transformação gigantesca que o planeta vem sofrendo e, como já colocou o Luciano Coutinho, da necessidade de uma reflexão profunda, é fundamental que trabalhos dessa natureza sejam desenvolvidos e disponibilizados, para que possamos agregar, aos esforços tradicionais que vêm sendo feitos, esse conhecimento de como acelerar a nossa inserção e a nossa competitividade dentro dessa nova realidade do contexto mundial, gerando, consequentemente, oportunidades para todos nós que estamos nesta Região. Era isso que eu gostaria de colocar.

Geraldo Alírio

Agora, passo a palavra para a Sra. Sueli Caldas, jornalista do O Estado de São Paulo.

Sueli Caldas

Bom dia a todos. Vou colocar aqui a visão do jornalista, sem nenhuma pretensão de ter fundamentos econômicos, como os dois economistas que me antecederam usaram em suas exposições. Eu fico lá na sucursal do Estadão no Rio de Janeiro, acompanhando as notícias econômicas que chegam pelo computador, e também conversando com as pessoas e constatando – o jornalista tem esse papel de constatar a realidade para passar para a história; o historiador aprofunda a história –, então é essa visão de quem acompanha o dia-a-dia da economia que eu queria colocar, focando um pouco mais no Nordeste, ou seja: o que está acontecendo hoje no País e o reflexo disso para a economia nordestina.

Em primeiro lugar, um assunto que eu estava comentando há pouco com o Luciano Coutinho: a partir do segundo semestre de 1995, quando a economia entrou numa recessão provisória, transitória, eu acompanhava, mês a mês, os índices do IBGE de produção industrial e via que a produção industrial caía em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Paraná, enquanto no Nordeste subia. No Nordeste praticamente não houve aquela recessão que o Sul experimentou. E isso é milagre de quê? É milagre da estabilidade, evidentemente. Por que? Porque o Nordeste concentra o maior número de pessoas de poder aquisitivo mais baixo. Com a estabilidade, a renda dessas pessoas aumentou; elas passaram a consumir mais e a produção industrial do Nordeste teve que aumentar, fazer face a essa demanda que crescia, de novos consumidores que entraram no cenário do consumo no País. Então, a estabilidade foi algo muito importante, não apenas para aumentar a renda da população mais pobre nordestina, mas também para diminuir o desequilíbrio econômico regional, essa disparidade que existe entre o Sul do País e as regiões Nordeste e Norte.

Eu vim ao Ceará, dois anos atrás, e conversei com um industrial gaúcho que estava aqui montando a sua indústria de calçados. Ele tinha seu complexo de fábricas em Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, e me dizia: “olha, estou vindo para cá em busca do seguinte: aqui a mão-de-obra é mais barata – claro, o empresário vai buscar lugar onde a mão-de-obra é barata –, aqui eu estou mais próximo do hemisfério Norte, então posso exportar por um preço melhor, porque o meu frete diminui nas exportações para o hemisfério Norte”.

Acho também que há uma vocação natural do nordestino por artesanato, por trabalhar com as mãos; a rendeira é um exemplo, mas não é apenas a rendeira, acho que é a natureza do nordestino; ele tem uma habilidade muito grande com artesanato. Então essas indústrias que são intensivas em mão-de-obra – calçados, têxtil – e que precisam desta habilidade do uso das mãos revelam uma vocação muito grande do Nordeste; e essa vocação, no meu entendimento, precisa ser aproveitada melhor. Aquele empresário do Rio Grande do Sul que está vindo para cá me dizia o seguinte: “Olha, eu saio lá de Porto Alegre, pego um avião, demoro nove horas para chegar aqui, porque venho no pinga-pinga, mas vale a pena. Lá eu tenho a CUT nos meus calcanhares, aqui não tenho”.

Entendo que este salto que o Nordeste precisa tomar encontra hoje condições favoráveis. Vejamos os meios de crédito; por exemplo, crédito de fomento. Fala-se que o BNDES empresta pouco para o Nordeste, comparativamente com o Sul; Tudo bem, empresta pouco, mas não é porque esteja dando mais dinheiro para o Sul, pois sobrou dinheiro no orçamento do BNDES no ano passado; empresta pouco porque o industrial daqui não está buscando empréstimo no BNDES, ou porque o BNDES necessita ampliar sua rede de ação, estar presente no Nordeste inteiro e buscar investidores que queiram desenvolver a região. Estou vendo ali o superintendente do BNDES no Nordeste mas ele fica em Recife e a estrutura lá é deficiente. O BNDES precisa vir para cá também.

Há ainda o Banco do Nordeste, que está com uma linha diferente da do BNDES, mais voltada para promover o microdesenvolvimento; acho que essa é a linha que tem hoje mais sucesso no Banco do Nordeste: promover o microdesenvolvimento no interior, onde o desenvolvimento não chega; então o Banco do Nordeste provoca esse desenvolvimento, com os seus agentes de

desenvolvimento. O BNDES empresta é para indústria mesmo, para montar parque industrial; então é diferente do Banco do Nordeste. Mas é preciso haver essa interação e também parar de pensar que o BNDES só empresta para paulista. Ele empresta para o paulista porque muita gente não está indo lá buscar dinheiro. Este ano o BNDES também não está gastando todo o seu orçamento e está lá o dinheiro sobrando.

Acho que essa migração de indústrias, de empresas que vieram para cá trazidas pela estabilidade da economia, apresenta dois resultados benéficos. O primeiro deles é a modernização nas relações de trabalho. O empregado da indústria tem a sua carteira de trabalho assinada, com os benefícios decorrentes da legalização do seu trabalho: FGTS, férias remuneradas, 13º salário etc, coisas que significam uma evolução, pois ainda hoje vivemos uma relação de trabalho muito subserviente. Embora o Ceará fuja um pouco dessa realidade, nos outros estados, como Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Sergipe etc, existe lá a figura do usineiro, que simboliza uma relação de trabalho atrasada; ou seja, o usineiro é o dono do trabalho, da pessoa que está ali como se fosse um servil a ele: não assina carteira de trabalho, não cuida de dar condições de vida melhor para o trabalhador. Enfim, essa vinda de empresas para cá é positiva nesse aspecto: porque o trabalhador passa a ter direitos, passa a ver a carteira de trabalho como algo muito importante para a vida dele, porque ele tem assistência de saúde e tudo que não tinha antes. Então esse aspecto é positivo: moderniza as relações de trabalho. O outro aspecto positivo é que moderniza também a relação política, a relação dos políticos com os eleitores. Estes passam a ver que têm direitos e não vão votar em voto de cabresto, em quem o usineiro mandou votar, porque agora eles têm autonomia, estão vivendo uma vida digna e podem escolher o melhor candidato para votar; não é mais aquela eleição em que o eleitor se curvava ao poder econômico mais próximo dele. Então, esses dois aspectos eu acho muito positivos.

É interessante também analisar essa questão da renúncia fiscal como forma de atrair empresas para uma região. Acho que renúncia fiscal tem sentido quando é transitória; quando ela atrai a empresa e a empresa permanece, fica; mas de uma forma transitória, ou seja, os benefícios têm que valer apenas por um certo período e a partir daí a empresa tem que pagar impostos, tem que remunerar o Estado. Porque eu acho o seguinte: quando se dá renúncia fiscal, incentivo fiscal para um grupo de empresas, beneficia-se apenas aquele grupo de empresas e aquele grupo de empregados que estão ali trabalhando, e penaliza-se todo o resto da população daquele estado; porque, na medida em que os impostos não são arrecadados, vai faltar dinheiro para a saúde de todos, para a educação de todos; então são situações de certo privilégio.

Mas é claro que sem incentivo fiscal dificilmente uma indústria vem para o Nordeste, porque aqui o mercado é menor, o poder aquisitivo é menor. Então tem que haver incentivo fiscal, mas de uma forma transitória, para não ocorrer o que acaba de acontecer, por exemplo, com a Azaléia. Essa empresa, fabricante de calçados, instalou-se em Campina Grande, na Paraíba, e teve benefícios fiscais por 10 anos. Ao final de 10 anos, ela simplesmente arrumou a mala e voltou para o Sul, porque no Sul tinha outro incentivo fiscal esperando. Então, ela desativou sua fábrica em Campina Grande e voltou para o Rio Grande do Sul. Ou seja, essa guerra é uma guerra meio predatória; acaba se tornando, digamos, um meio de vida das empresas que estão em busca desses incentivos. Não fixa a empresa ali. Além da Azaléia há outros exemplos, como o da Antártica, que também migrou para outra região. É mais ou menos assim: é mais barato, talvez, desativar o parque industrial, fazer a mala e se instalar ali adiante, do que ficar sem o incentivo fiscal. São esses dois aspectos que, a meu ver, o incentivo fiscal tem de negativo: quando ele não fixa a empresa ali para sempre e também quando ele se prolonga por muito tempo e cria um buraco na arrecadação tributária, fazendo com que a população como um todo sofra o efeito pernicioso disso. É o que eu queria dizer. Muito obrigada a vocês.

Geraldo Alírio

Eu, pessoalmente, teria alguns comentários a fazer mas, como estamos bastante avançados no horário, quero primeiro franquear a palavra ao público, para quaisquer perguntas aos quatro expositores. Para ganharmos tempo, gostaria que as perguntas fossem, o mais possível, objetivas e as respostas também extremamente incisivas, para ganharmos tempo. Há uma recepcionista com um microfone sem fio e peço que quem quiser fazer pergunta levante o braço, para que o microfone lhe seja levado. Gostaria também que a pessoa, se possível, se identifique ao fazer a pergunta.

Do auditório

José Romildo, do Ipea. Eu gostaria de levantar uma aparente contradição entre o que o Azzoni e a Sueli colocaram. O Azzoni colocou uma questão de restrição forte de crédito no Nordeste, como fator impeditivo de um processo mais forte de crescimento da Região. A Sueli colocou o BNDES com disponibilidade de recursos e sem haver uma contrapartida real de absorção desses recursos por parte dos tomadores. Parece-me uma contradição. Eu gostaria de colocar um ponto a mais e ouvir a opinião deles. A meu ver, o problema está na operacionalização desses recursos. O BNDES, há dois anos, disponibilizou US\$ 1 bilhões para o Nordeste, no programa chamado Nordeste Competitivo, e, até onde sei, boa parte desses recursos não foram aplicados. Parece-me que há um problema operacional – e aí gostaria de ouvir – a nível de agente financeiro. O Banco do Nordeste e o Banco do Brasil são agentes financeiros importantes para a Região, e me parece que tem um jogo de empurra, uma coisa chamada risco operacional. O BNDES joga para o agente financeiro e o agente financeiro coloca o tomador em potencial na parede e exige uma montanha de documentos e restrições e acaba a demanda efetiva não correspondendo àquela prevista na programação, em termos de política de alocação de recursos desses organismos oficiais de crédito. Eu gostaria só de colocar isso e, se for o caso, ter a complementação dos expositores.

Geraldo Alírio

Eu pediria por favor aos dois expositores que se manifestassem, se possível, no máximo em um minuto.

Roberto Azzoni

Não vou entrar nos aspectos operacionais, pois embora eu tenha tido uma experiência de três anos num banco de desenvolvimento, operando com linhas do BNDES, não sei como está funcionando agora. Se eu dei a impressão de ter mencionado isso como fator locacional foi equívoco meu na exposição. Não me lembro de ter feito referência à ausência de crédito como fator locacional importante. Eu tenho conhecimento do fato de que o BNDES não tem aplicado todos os seus recursos disponíveis e isso é uma coisa que não é nova, não é de agora; também tenho conhecimento das restrições que ele faz como banco para realizar seus empréstimos. Mas só quero ressaltar que não acho que isso seja o que está restringindo o crescimento do Nordeste.

Geraldo Alírio

Acho que o presidente do Banco do Nordeste gostaria de falar e entendo que é oportuna uma explicação.

Byron Queiroz

Creio que cabe um esclarecimento, vez que foi citado o Banco do Nordeste com um certo equívoco, pelo menos no presente momento. Efetivamente, o programa Nordeste Competitivo teve um pecado de origem que o restringiu a quatro setores de atividade e, coincidentemente, setores que estavam sofrendo processo de recessão na época, de falta de competitividade, e esses recursos ficaram sendo demandados durante pelo menos dois anos.

Quando nós assumimos e, logo em seguida, quando o Dr. Luis Carlos Mendonça de Barros tomou posse, tivemos uma reunião estruturada de um dia inteiro de trabalho, com diretores e o próprio presidente do BNDES, aqui em Fortaleza, no Banco do Nordeste, e foram completamente eliminadas quaisquer restrições quanto a setores, tornando esses recursos disponibilizados para qualquer tipo de atividade, inclusive serviços; e as operações se expandiram bastante a partir dessa medida. Foram quebradas aquelas barreiras que tinham a ver com restrições do ponto de vista de limite, ou seja, o relacionamento do Banco do Nordeste com o BNDES, hoje, não tem mais aquela trava de limite.

Mas isso não significa que os recursos estejam tendo um fluxo de demanda à altura do volume disponibilizado. Há excesso de recursos, mas aí já são outros fatores. O Geraldo Alírio colocou no começo uma questão que também diz respeito ao BNDES, e que se insere no próprio programa de governo, que é o problema de infra-estrutura; é o problema de outras variáveis de competitividade que precisam ser cuidadas e que está no cerne da questão da política industrial, que foi colocada pelo Luciano Coutinho. Quer dizer, questão de competitividade dos recursos. Existe uma componente de custo mais elevado do que os recursos internacionais, essa é uma primeira variável. Nós sabemos que a própria TJLP só recentemente foi rebaixada. Ela começou o ano de 1996 com 19%, foi rebaixada ao longo de 96, mas o efeito prático desse rebaixamento para quem vai tomar uma decisão de investir é demorado; só agora é que ela está nos níveis de nove e pouco, dez por cento; proximamente vai haver uma redução, mas isso tem a ver com a política de governo e não estamos aqui analisando o mérito disso; nós estamos analisando determinadas circunstâncias que contemplam e remetem para aquela questão da política industrial e de determinadas intervenções que precisam ser feitas no âmbito da macropolítica industrial; quer dizer, problema que não está ligado, nesse momento, nem ao BNDES nem ao Banco do Nordeste. Quanto a essa questão do agente fazer restrições, muito pelo contrário! Nós flexibilizamos qualquer tipo de imposição e houve, como eu disse, um aumento da demanda dos recursos; o relacionamento está fluindo bem, mas há essas outras variáveis que precisamos discutir e que contemplam a política industrial como um todo.

Geraldo Alírio

Alguém mais quer fazer outra pergunta?

Do auditório

Quintans (?), deputado estadual da Paraíba. Quero inicialmente registrar que essa ação do Banco do Nordeste, do agente de desenvolvimento, é de vital importância, tendo em vista a interiorização desse trabalho. E queria, com a permissão da mesa, fazer algumas colocações para que não continue dúvida no que se refere ao que a nobre jornalista Sueli Caldas evidenciou, que a Azaléia em Campina Grande tinha recebido 10 anos de isenções. O que eu lamento profundamente é que a Azaléia ao sair de Campina Grande negou o recebimento desse benefício e deixou bem claro que não tinha recebido isenção de nenhum imposto ou qualquer benefício oferecido pelo governo do Estado.

E queria permissão também para evidenciar a colocação que a senhora fez sobre usineiros. Eu não tenho usina nem tenho procuração de usineiros do Nordeste, mas preciso fazer justiça e deixar bem claro que eu conheço um usineiro, da Usina Japungu (?), na Paraíba, que tem mais de 5 mil trabalhadores e todos têm a carteira assinada. E quero dizer que esse segmento está totalmente danificado na Paraíba e acredito que no Nordeste como um todo. Para a senhora ter uma noção, existem 16 unidades na Paraíba e só tem 10 funcionando. As restantes estão falidas. Isso por vários fatores mas o grande fator mesmo é competitividade.

E, finalizando, a senhora fez referência ao BNDES. Também não tenho procuração, por sinal não tenho nem aproximação com os dirigentes do BNDES, mas, na realidade, o que precisa não é a presença em si de uma agência do BNDES; o que precisa é ter ações a exemplo do Banco do Nordeste – o que não ocorre com o Banco do Brasil e não ocorre com o banco Paraiban –, de ter a coragem de ir à procura do investidor, fazer um mix e estimular que ele utilize os recursos do BNDES. Era essa a colocação que eu queria fazer. Muito obrigado.

Sueli Caldas

Eu só queria fazer um comentário bem breve. Certamente esse empresário usineiro que o senhor mencionou, que assina carteira de trabalho dos seus empregados, isso existe no Nordeste e existe também no estado do Rio de Janeiro, onde a maioria não assina. No Nordeste também existe quem assine a carteira de trabalho; mas ele, certamente, será uma exceção.

Do auditório

Alexandre Cabral, do Banco do Nordeste. Eu queria fazer uma pergunta para o professor Luciano Coutinho. Assisti sua palestra por ocasião do Fórum de Altos Estudos no BNDES, onde você mostrou dados a respeito de investimentos que estão previstos para ocorrer nos próximos três anos. Gostaria que você fizesse um rápido comentário sobre quais são os setores e onde é que estão se concentrando esses investimentos.

Geraldo Alírio

Alguém tem alguma outra pergunta para o Luciano? Não? Então vou pedir que ele responda.

Luciano Coutinho

O perfil de investimentos para os próximos anos consta de um amplo levantamento feito pelo Ministério da Indústria e Comércio e um outro levantamento feito pela CNI. De maneira muito sintética, esses investimentos novos mostram duas coisas: primeiro, o volume de investimentos relativamente ao PIB é modesto; o programa de estabilização ampliou a escala do consumo brasileiro, criou oportunidade de investimento na área de indústrias de bens não duráveis, mas os investimentos propriamente ditos ainda estão aquém do que deveriam estar. O investimento brasileiro, pelas novas contas do IBGE, cresceu de 15 para 16 ou 16,5%, talvez chegue a 17% do PIB. É pouco.

Esses novos projetos de investimento, que já são projetos em implantação ou projetos firmes de investimento, têm um perfil muito concentrado; primeiro, nos grandes complexos competitivos brasileiros: na metalurgia – no caso aí é minério de ferro e siderurgia; na área de papel e celulose, em todos os grandes complexos de *agribusiness* competitivos – soja etc, etc. E tem um pouco de investimento importante, ainda em andamento, em alimentos e bebidas, por causa da expansão

do consumo; enfim, são setores de baixa intensidade tecnológica, *commodities*, e embora vários deles exportadores, são setores em que não se pode imaginar que o desempenho exportador supere a média internacional. São setores de baixa elasticidade no comércio internacional. O único segmento relevante da indústria que tem investimentos importantes é o setor automobilístico, que é evidente, e desse se espera algum resultado em termos de desempenho exportador, por causa dos compromissos do regime automotriz.

Existe também algum tipo de investimento que deve começar a ganhar força agora, na área de equipamento de telecomunicações e material de telecomunicações e comunicação em geral, por causa do forte incremento dos investimentos em comunicações. Entretanto, o que chama a atenção é que mesmo na automobilística, com a redução do nível de nacionalização de produto, que está hoje em 80% mas está a caminho de 70%, a redução do componente local do automóvel é bastante rápida, e ainda vai cair; e os investimentos em telecomunicações gerarão plantas e empreendimentos com componente muito alto de insumo importado.

Em resumo, uma avaliação mostra o seguinte: não se pode esperar desse ciclo de investimento um redentor processo de crescimento de exportações; é necessário fazer algo mais para garantir o desempenho exportador brasileiro; o que está aí não é suficiente para salvar e sustentar o desenvolvimento. Essa é uma constatação feita por uma avaliação desses projetos.

Com relação a Nordeste, a participação do Nordeste na primeira fase de projetos dentro desse quadro já foi maior. O Nordeste teve muito investimento na fase inicial do Real, exatamente por isso que já foi dito aqui: a escala do consumo brasileiro aumentou e o Nordeste tem um perfil de indústrias muito mais voltado para bens de consumo não duráveis. A partir de agora eu chamo a atenção para o seguinte: a massa de rendimentos no Brasil cresceu 19% no primeiro ano do Real; em 1995 cresceu praticamente 11%, em 96 cresceu 8%; quer dizer, houve crescimento muito forte da massa de rendimentos com consumo; mas, em 97, a massa de rendimentos, se crescer, crescerá apenas 2%, isso porque nos primeiros três anos houve, primeiro, o efeito fim do imposto inflacionário, que melhorou o rendimento da base da pirâmide; depois houve a indexação salarial residual, que ficou durante três anos, que trazia memória velha da inflação e passava para o pessoal de carteira assinada e isso ajudou a sustentar a massa de rendimentos. Mas esses dois efeitos acabaram e daqui por diante a previsão é que o mercado de consumo cresça mais vegetativamente; e isso, portanto, não induzirá daqui para a frente tanto investimento em bens de consumo. Significa que o potencial do Nordeste, daqui para a frente, está reduzido. Os novos projetos, digamos, numa primeira fase beneficiaram o Nordeste; não mais o farão daqui para a frente. Essa é uma advertência importante porque, para pensar o desenvolvimento do Nordeste, precisamos repensar estratégias de médio e longo prazo para a Região. Acho que consegui esclarecer a tua pergunta.

Do auditório

Eu queria me apresentar. Meu nome é Paulo Hartung, sou diretor de desenvolvimento regional e social do BNDES, cheguei já no meio do evento e peço desculpas. Queria apenas dizer que o nosso interesse, o interesse da nossa instituição é aumentar a nossa participação no Nordeste, a nossa presença, a nossa atuação no Nordeste. Eu tomei posse há poucos dias, quando tive a honra de ter a meu lado o senador Beni Veras, que representa muito bem essa região; também o presidente do Banco do Nordeste, o Byron, esteve na minha posse; e a minha presença aqui hoje é no sentido de estreitar esses laços; de aproximar, primeiro, com os nossos agentes, ter uma aproximação maior com os nossos agentes no Nordeste; segundo, com todos os níveis de governo; terceiro, com todas as entidades empresariais e todas as entidades ligadas ao mundo da atividade

econômica. Eu acredito sinceramente que se essa aproximação for construída a nossa presença vai ser ampliada no Nordeste. Isso não é possível fazer sozinho. O BNDES sozinho não tem como dar esse passo.

Diga-se de passagem – é importante que se faça justiça –, a presença do Banco tem se ampliado nos últimos anos. E por que conseguiu ampliar? Conseguiu pelo Nordeste Competitivo? Sim. Mas conseguiu porque, por exemplo, agentes como o Banco do Nordeste, de forma criativa, de forma inovadora, procuraram caminhos que fizessem com que o Nordeste Competitivo tivesse uma presença maior no Nordeste. É isso o que nós precisamos. Eu venho aqui para me apresentar e aproveitar a oportunidade para trabalhar a construção dessa parceria com vocês. Como o Byron já sabe, como o Beni já sabe, como o senador Sérgio Machado já foi avisado, nós estamos abertos e queremos construir essa parceria, esse diálogo.

A nossa participação no Nordeste hoje é acima do PIB nordestino, é bom dizer. Mas isso não é suficiente. Porque nós não queremos o Nordeste na posição em que ele se encontra. Nós queremos um Nordeste competitivo, como o nosso programa diz, e integrado à economia brasileira e à economia internacional. Então era isso que eu queria dizer, peço desculpa pelo tempo, mas é a oportunidade que eu tenho para me apresentar. E como o Byron, quando foi citado, utilizou do direito da palavra, eu fiz o mesmo. Muito obrigado.

Geraldo Alírio

Tem uma pessoa aqui no auditório que deseja falar.

Do auditório

Sou Hildete Pereira. Quero só dizer que o BNDES teve uma participação declinante na liberação de recursos ao longo da última década. Em 1995, eles foram cerca de 2/3 do registrado em 1987, correspondiam a 17,5% dos desembolsos nacionais e hoje representam só 14%. Tenho o dado aqui.

Paulo Hartung

Eu também tenho esse dado. O que eu disse é que nos últimos dois anos conseguimos melhorar nossa performance no Nordeste e isso você pode olhar nos dados. Quando a participação chegou aos 17%, havia grandes projetos de infraestrutura, o pólo petroquímico da Bahia, por exemplo, e agora estamos vivendo outra fase da economia brasileira, e é nessa fase que o Banco quer ver o Nordeste integrado, competitivo e participando desse novo momento que vive a economia brasileira e a economia internacional.

Hildete Pereira

Agora você esclareceu melhor, ao fazer referência aos últimos dois anos. Na verdade, os dados mostram que, entre 93/94 e 95, a participação melhorou, mas é que havia caído muito de 91 para 93.

Paulo Hartung

É importante sabermos o seguinte: o BNDES tem crédito e quer trazer o crédito para o Nordeste; mas isso não é operação simples, nós não estamos distribuindo verbas orçamentárias; nós temos, por exemplo, que remunerar o dono desse dinheiro, que não é o BNDES, é o trabalhador brasileiro, pois esse é um recurso do FAT; boa parte do nosso *funding* é justamente o dinheiro do trabalhador brasileiro; então, nós precisamos remunerar esse dinheiro também na

outra ponta. É importante termos consciência disso, porque o risco dessas operações tem que ser proporcional ao trabalho que nós temos que fazer junto ao Conselho do FAT, no qual nós temos assento e a quem temos que prestar contas do nosso trabalho. Então, é muito importante ter esse conhecimento e, ao mesmo tempo, ver que o Banco está aqui, está disposto, está participando e não está satisfeito. Essa é a minha palavra em nome do Banco: o Banco quer ampliar sua participação no Nordeste. Muito obrigado.

Geraldo Alírio

Tem uma pessoa há bastante tempo procurando fazer uma pergunta, o Dr. Osmundo Rebouças, diretor do Banco do Nordeste.

Osmundo Rebouças

Gostaria de ouvir a opinião do a respeito de uma afirmação do professor Lester Thurow, de que a concessão de incentivos – fiscal, financeiro, creditício, infra-estrutural – para certos empreendimentos, como indústria automobilística, tem sido desperdício de recursos, porque essas indústrias viriam de qualquer forma para o Brasil sem essa massa de incentivos. E se, dentro do Brasil, essa guerra fiscal entre estados e regiões seria também desperdício de recursos.

.....

Quem estuda a indústria automobilística no plano global sabe que há neste momento um ciclo de investimentos, um acirramento da competição entre os 12 grandes *players* no setor automobilístico. Há um *boom* de investimentos na Ásia, na Índia, na China, em várias regiões do globo. E havia indícios de que esse *boom* de investimentos na América Latina ganhava força. De maneira que eu temo que o professor Lester Thurow tenha razão em boa parte. Quer dizer, o Brasil, depois da estabilização, passou a ser um mercado promissor, investimentos viriam para o Brasil de qualquer forma. Acho que a falta de uma política federal de descentralização coordenada desses investimentos levou os estados a uma disputa predatória para atraí-los. O nível de subsídio dado pelo Paraná, pelo Rio Grande do Sul, por Minas, para atrair fábricas, é um nível de subsídio contraproducente a longo prazo. Esses estados subsidiaram capital, além de dar toda infra-estrutura e todas as vantagens fiscais por um tempo muito longo.

Imagino que o governo brasileiro tem uma coisa meio bicéfala: um pedaço não quer fazer política industrial; o outro pedaço, felizmente, começa a acordar para a necessidade de fazer. É preciso fazer, porque se não fizer o mercado termina fazendo uma política que custa mais para os cofres públicos – aí, no caso, no plano estadual – do que de outra forma; quer dizer, na verdade está havendo um nível absurdo de subsídio público à indústria automobilística estrangeira, através de estados, para se implantar no País. Este é um ponto que fica muito claro.

Eu creio que poderíamos ter tido uma política bem mais racional, com descentralização. Acho que falta uma reflexão mais madura a respeito do processo de desenvolvimento. Evidentemente, algum tipo de incentivo para a indústria é necessário, porque ele é dado globalmente; mas nós precisamos olhar o que os outros parceiros estão fazendo – a Argentina, dentro do Mercosul, e o México –, e disputar isso com uma certa racionalidade. Eu creio que a coisa extrapolou efetivamente esse patamar.

Geraldo Alírio

O professor Azzoni está pedindo um minuto para fazer um complemento.

Roberto Azzoni

Só uma ilustração, para dar uma idéia de como essa discussão com a indústria automobilística é tão desigual. Um estado pobre do sul dos Estados Unidos, acho que Alabama ou Missisipi, gastou US\$ 250 milhões para atrair a fábrica da Mercedes Benz. Entre outras coisas, durante dois anos ele empregou os futuros empregados da Mercedes, treinou esse pessoal, quando a fábrica ficou pronta esse pessoal imediatamente começou a trabalhar. Entre outras coisas, toda a frota do Estado é Mercedes. Então, não pensemos que essa coisa de dar tudo o que se tem, e ainda o que não se tem, para atrair fábrica é coisa só de terceiro mundo; no primeiro mundo essas grandes empresas conseguem extrair o couro, a pele mais alguma carne junto, até de estados americanos. Então essa é uma briga complicada para se entrar.

Luciano Coutinho

Mas isso o que mostra é o seguinte. Nós estamos copiando o modelo americano de política industrial, em que a política industrial é feita no plano dos estados, já que nos Estados Unidos é sacrilégio pensar em política industrial no plano federal. Então nós estamos copiando exatamente o que há de ruim no modelo de política industrial americano.

Geraldo Alírio

Bem, como estamos um pouco avançados, eu queria agora me permitir tomar alguns minutos dos senhores para esclarecer dois pontinhos que eu não posso deixar passar sem um comentário. Refiro-me, principalmente, à abordagem feita pela jornalista do O Estado de São Paulo, quando falava da indústria no Nordeste, enfatizando muito aquela que exige habilidade manual. Embora isso talvez seja até uma facilidade, acho que não posso deixar passar em branco o seguinte fato: eu, como nordestino, da Bahia, tenho visto, por exemplo, a mão-de-obra ligada à indústria química e petroquímica local, formada de baianos e nordestinos de outros estados, tão competente ou mais que qualquer outra proveniente de qualquer outro ponto do Brasil. E tanto isso é verdade que depois da descentralização, no processo de expansão das fronteiras petroquímicas, tem sido comum técnicos localizados em Camaçari dirigirem ou estarem em posições estratégicas em várias indústrias no Sul do Brasil. É apenas um comentário, sem querer me posicionar muito naquele ponto de Nordeste contra Sul, mas a abordagem da jornalista mostra uma visão muito distorcida, mesmo que não tenha sido essa sua intenção. O outro ponto, a potencialidade cultural a que se referiu o expositor aqui do Ceará, é uma coisa importante; existe muita gente competente, muita gente capaz aqui, e até me permito dizer: eu morei três anos no Sul e diziam: “você não parece que é do Nordeste”. É uma coisa curiosa essa mania de achar que quem é do Nordeste não pode ter competência. Na verdade, acho que as condições educacionais, ainda que sejam inferiores, não são inibidoras de um processo de atração de investimentos, pelo menos na minha opinião.

Sueli Caldas

Eu só queria fazer um comentário, pois acho que você me entendeu mal. Não foi nenhum preconceito; pelo contrário, eu acho que o povo nordestino, como dizia o escritor Euclides da Cunha, é antes de tudo um forte. E é claro que o nordestino tem habilidades para outras coisas. O que eu queria ressaltar é que a habilidade manual do nordestino é característica dele, é um privilégio dele, privilégio esse que lá no Sul não se tem. Eu enfatizei isso com esse objetivo. Não

foi dizer que o trabalhador nordestino não é capaz de produzir siderurgia, automóvel, não é nada disso.

Geraldo Alírio

Esse ponto está esclarecido. A carapuça foi tomada em parte porque nós, toda hora, ouvimos a imprensa sulista dizer o seguinte: “Tem que colocar indústria no Nordeste com as vocações nordestinas. Então o negócio lá tem que ser turismo e fruticultura”. É basicamente essa a ênfase que se ouve toda hora. E isso nós não aceitamos. Agora falo como nordestino, como representante da Região. Isso não é uma coisa aceitável. Acho que o Nordeste tem condição de ser competitivo em qualquer atividade, inclusive em serviço, como foi dito aqui, porque tem capacidade, tem potencialidade para isso. Agora, é óbvio que, no que tange às diferenças localizacionais, tem que dar incentivo fiscal para que haja atração de indústria para cá. Acho que essa é a questão fundamental. Bem, obrigado aí pelas manifestações de solidariedade. Eu agradeço e me permitam mais uma colocação, aproveitando a presença do diretor do BNDES. Aliás, acho que o Byron explicou bem o negócio do Nordeste Competitivo e eu fui um dos que brigaram muito para expandir os limites, pois de fato a restrição era grande. Byron, você não era ainda o presidente do Banco do Nordeste, foi na época do presidente anterior, quando cheguei a falar isso lá em Salvador diversas vezes, fizemos um movimento grande, mas só na sua gestão a coisa foi mudada. Houve realmente um momento em que essa restrição atrapalhou muito.

Mas me permita dar uma sugestão, como nordestino e como alguém preocupado também com um modelo novo que se está procurando introduzir, principalmente no Brasil e em especial no Nordeste, no qual os grandes projetos existem ainda mas são poucos e o núcleo da pequena empresa, da pequena indústria, está tomando cada vez mais espaço. Acho que hoje o BNDES não pode ficar praticamente só repassando recurso, basicamente através do Banco do Nordeste, talvez Desenbanco, na Bahia, não sei se tem mais um ou dois bancos aí; os bancos privados que são repassadores operam muito pouco em repasse; não sei se é problema da garantia ou a questão do risco, mas precisa ser encontrada uma forma de se ampliar mais as condições de repasse, de custo de financiamento para investimento, através não só do Banco do Nordeste – que tem feito isso, diga-se de passagem, com muita competência, é mais do que justo se reconhecer isso – mas precisa ser expandido para toda a rede bancária nordestina, seja ela particular ou privada.

Vou aproveitar e mencionar outra coisa: não tanto investimento, mas capital de giro, que é uma coisa também preocupante, vocês sabem disso. Agora mesmo o Excel, em Salvador, acaba de fazer um convênio com o Sebrae para financiar giro em 12 meses, parecendo que é uma coisa maravilhosa; quando se vai ver, é juro de 3,45 ao mês para pequena e micro empresa. Meu Deus! Gente batendo palma, mas é isso mesmo; para quem não tem alternativa é até uma coisa interessante. Mas eu acho que deveria haver uma linha para giro, para a indústria estar no Nordeste e no Brasil inteiro, numa faixa próxima dos custos de captação. Aplica-se um recurso hoje na rede bancária a 1,5 ou 1,6; e quando se toma o recurso é acima de 3, 4, 5 ou 6%. Bem, é apenas uma sugestão. Sei que do ponto de vista do BNDES há aberturas inclusive com repasse de FAT etc, mas alguma coisa tem que ser pensada de uma forma mais ágil, para financiar investimento fixo e o giro também para a pequena e microempresa de uma forma descentralizada.

Paulo Hartung

Eu já disse que nós estamos à disposição.

Geraldo Alírio

Bem, já vi que estamos de comum acordo em tudo. Muito obrigado a todos e está encerrada a sessão.